

Eliane Cristina Pinto Moreira

# Justiça Socioambiental e Direitos Humanos

Uma Análise a Partir dos Direitos Territoriais  
de Povos e Comunidades Tradicionais

Editora Lumen Juris  
Rio de Janeiro  
2017

Copyright © 2017 by Eliane Cristina Pinto Moreira

Categoria: Direitos Humanos

PRODUÇÃO EDITORIAL  
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Diagramação: Rômulo Lentini  
Revisão Ortográfica: Agnes Priscila Martins de Moraes  
Ruth Geisiane Alves da Silva

A LIVRARIA E EDITORA LUMEN JURIS LTDA.  
não se responsabiliza pelas opiniões  
emitidas nesta obra por seu Autor.

É proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer  
meio ou processo, inclusive quanto às características  
gráficas e/ou editoriais. A violação de direitos autorais  
constitui crime (Código Penal, art. 184 e §§, e Lei nº 6.895,  
de 17/12/1980), sujeitando-se a busca e apreensão e  
indenizações diversas (Lei nº 9.610/98).

Todos os direitos desta edição reservados à  
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Impresso no Brasil  
*Printed in Brazil*

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE

---

M835j

Moreira, Eliane Cristina Pinto

Justiça Socioambiental e Direitos Humanos: Uma análise a  
partir dos direitos Territoriais de povos e comunidades tradicionais.  
/ Eliane Cristina Pinto Moreira. - 1. ed. - Rio de Janeiro : Lumen  
Juris, 2017.

272 p. ; 23 cm.

Bibliografia: p. 243-254.

Possui gráficos, tabela e mapas

ISBN: 978-85-519-0092-5

1. Direito Humanos - Terras Indígenas. 2. Direitos Territoriais  
- Direitos Socioambientais. 3. Direito à Identidade Cultural.  
4. Povos Indígenas - Comunidades Afrodescendentes. I. Título.

CDD - 341.12191

CDD - 341.3451

## Sumário

Apresentação.....	1
Capítulo 1 – Introdução .....	5
Capítulo 2 – Socioambientalismo e Justiça Ambiental:	
Reconhecendo o Espaço da Justiça Socioambiental .....	13
2.1 Justiça Socioambiental .....	13
2.2. Conflitos Socioambientais e Territórios Coletivos .....	19
2.3. A ‘Resolução’ de Conflitos Socioambientais e seus Limites: Uma Proposta de Reflexão em Épocas de Fascínio .....	32
Capítulo 3 – Povos e Comunidades Tradicionais no Contexto dos Direitos Humanos em um Mundo Pluriétnico e Multicultural .....	39
3.1. “Povos Indígenas e Tribais” no Campo Internacional. “Povos e Comunidades Tradicionais” na Arena Nacional.....	39
3.2. Os Povos e Comunidades Tradicionais como Artífices da “Reinvenção dos Direitos Humanos” .....	55
3.3. Povos e Comunidades Tradicionais: Sujeitos do Direito Internacional Público.....	67
Capítulo 4 – A Corte Interamericana de Direitos Humanos, Socioambientalismo e os Direitos Humanos de Povos e Comunidades Tradicionais.....	77
4.1. Sistema Interamericano de Direitos Humanos: Breves Considerações... 77	
4.2. O Sistema Interamericano de Direitos Humanos como lugar de Afirmação de Direitos Socioambientais .....	84
4.3. Visão Geral da Jurisprudência da CorteIDH Envolvendo Povos e Comunidades Tradicionais .....	90
Capítulo 5 – A CorteIDH e sua Aproximação com os Direitos Socioambientais (entre 1991 e 2004).....	97
5.1. Caso Aloeboetoe y Otros Vs. Suriname: Direito à Identidade Cultural, Pluralismo Jurídico e a Cogitação Da Coletividade como Vítima de Violações de Direitos Humanos... 97	

5.2. Caso Bámaca Velásquez vs. Guatemala: Direito à Identidade Cultural e o Respeito aos Costumes e Tradições.....	99
5.3. Caso da Comunidad Mayagna (Sumo) Awas Tingni vs. Nicarágua: Início da Ressignificação do Direito de Propriedade e Proteção dos Territórios Coletivos sob o Enfoque Socioambiental .....	101
5.4 Caso Masacre Plan de Sánchez vs. Guatemala: o Reconhecimento do Direito à Propriedade Comunal no Contexto dos Massacres e dos Deslocamentos Forçados .....	106
Capítulo 6 – A CorteIDH e a Ampliação do Olhar sobre os Direitos Socioambientais (entre 2005 e 2008) .....	109
6.1. Comunidad Moiwana vs. Suriname: Direito à Propriedade Comunal, seus Vínculos com o Direito à Integridade Pessoal e os Deslocamentos Forçados.....	109
6.2. Caso Comunidad indígena Yakye Axa vs. Paraguai: o Início da Fixação de um Regime de Apreciação de Conflitos entre a Propriedade Comunal e a Propriedade Particular	115
6.3. Caso Yarama vs. Nicarágua: Direito de Participação Política, Pluralismo Jurídico e Direito à Identidade Cultural .....	124
6.4. Caso de la Masacre de Pueblo Bello vs. Colômbia: Comunidades Camponesas como Vítimas de Massacres e Deslocamentos Forçados .....	128
6.5 Caso López Álvarez vs. Honduras: Direito à Identidade Cultural e Liberdade de Expressão .....	130
6.6. Caso Comunidad Indígena Sawhoyamaya vs. Paraguai: a Percepção do Direito aos Territórios Tradicionais como Garantia do Direito à Vida em sua Ampla Dimensão e o Direito de Recuperação para Além de Limites Temporais .....	132
6.7. Caso Escué Zapata vs. Colômbia: Execução de Liderança Relacionada à Luta pelo Território e Dificuldades de Comprovação dos Nexos de Causalidade .....	140

6.8. Caso do Povo Saramaka vs. Suriname: Unificação da Jurisprudência sobre Direitos de Povos Tribais e Direitos Indígenas, Afirmação de Limites à Concessão de Direitos de Exploração de Recursos Naturais em Territórios Tradicionais e a Consolidação da Consulta Prévia, Participação nos Benefícios e Estudos de Impactos Socioambientais como Salvaguardas .....	142
6.9. Caso Tiu Tojín vs. Guatemala: Respeito ao Direito à Identidade Cultural como Pressuposto da Garantia do Acesso à Justiça.....	153
7. A Caminho da Consolidação dos Direitos Socioambientais Coletivos na CorteIDH (entre 2010 até os dias atuais).....	157
7.1. Caso Chitay Nech e outros vs. Guatemala: Execução de Liderança no Contexto de Lutas por Direitos Coletivos e o Reconhecimento de Danos Socioambientais Decorrentes do Deslocamento Forçado, com Especial Afetação aos Direitos das Crianças à Vida Cultural.....	157
7.2. Caso da Comunidade Indígena Xákmok Kásek vs. Paraguai: A Afirmação do Direito ao Autorreconhecimento e o Enfrentamento dos Conflitos Envolvendo Áreas Protegidas.....	160
7.3. Caso Fernández Ortega e outros vs. México: a Violência Contra a Mulher Indígena como Mecanismo de Ruptura da Identidade Cultural e a Questão do Acesso À Justiça.....	167
7.4. Caso Rosendo Cantú y Outra vs. México: a Violência Contra a Mulher Indígena como Mecanismo de Ruptura da Identidade Cultural e a Questão do Acesso à Justiça em dois Atos.....	169
7.5. Caso Cabrera García y Montiel Flores vs. México: Constrangimento a Defensores de Direitos Socioambientais e a Difícil Comprovação da Motivação das Violações .....	171
7.6. Caso do Povo Indígena Kichwa de Sarayaku vs. Equador: Direito à Consulta Prévia em sua Relação Direta com o Direito à Propriedade Comunal e Identidade Cultural; a Reafirmação dos Estudos de Impacto Socioambientais como Salvaguarda de Direitos Humanos e a Consideração do Povo Indígena como Sujeito de Direitos Coletivos.....	172

7.7	Caso Massacres de Río Negro vs. Guatemala: Perda Definitiva do Território e a Relação do Direito à Propriedade Comunal Com os Direitos de Crianças e Adolescentes e o Direito à Integridade Pessoal .....	180
7.8.	Caso das Comunidades Afrodescendentes Deslocadas da Bacia do Rio Cacarica (operação Genesis) vs. Colômbia: o Deslocamento Forçado como “Desproteção De Fato” e a Inércia do Estado Perante a Exploração Ilegal de Recursos Naturais como Violação aos Direitos à Propriedade Comunal.....	184
7.9.	Caso Norín Catriman y otros (“Lonkos, Dirigentes y Activistas del pueblo Indígena Mapuche”) vs. Chile: o Enfrentamento da Criminalização da Luta por Direitos Socioambientais .....	188
7.10.	Caso dos Povos indígenas Kuna de Madungandí e Emberá de Bayano e seus membros vs. Panamá: a Perda do Território, Deslocamentos Forçados e A Equiparação às Terras Alternativas da Proteção Jurídica Destinada às Terras Originais .....	192
7.11.	Caso da comunidade campesina de Santa Bárbara vs. Peru: Desaparecimento Forçado e a Relação entre o Direito de Propriedade e o Direito à Privacidade .....	195
7.12.	Caso da Comunidade Garífuna Triunfo de la Cruz e seus Membros vs. Honduras: O Debate sobre as Áreas de Praia e Mar como Parte do Território Tradicional, a Consulta Prévia e Conflitos com Megaprojetos Turísticos e Áreas Protegidas.....	197
7.13.	Caso da comunidade garífuna de Punta Piedra e seus Membros vs. Honduras: O Direito ao Saneamento dos Territórios Tradicionais .....	202
7.14.	Caso dos Povos Kaliña e Lokono vs. Suriname: Direito à Consulta Prévia, Salvaguardas Mediante a Exploração de Recursos Naturais por Terceiros e Conflitos com Áreas Protegidas.....	203
8.	Direitos Territoriais Coletivos como Direitos Socioambientais na Jurisprudência da CorteIDH.....	213
8.1.	Da Propriedade Moderna Individual à Afirmação de Direitos Territoriais Coletivos: o Início do “Giro” Latino-Americano.....	213

8.2. A Importância da Interpretação Evolutiva da CorteIDH no Contexto do Direito de Propriedade Moderna .....	217
8.3. O Direito à Propriedade Comunal e a Ressignificação da Função Socioambiental da Terra .....	225
Considerações Finais .....	239
Referências Bibliográficas .....	243
Casos Sentenciados pela CORTEIDH .....	255